

4. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE

4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O empreendimento está de acordo com as normas vigentes na legislação ambiental nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, atendendo todas as exigências requeridas.

Os capítulos da Lei Maior pertinentes ao meio ambiente, que regem cada esfera do poder, serão citados. Os demais instrumentos legais nas esferas Federal, Estadual e Municipal, como leis, decretos, resoluções e outras normas referentes ao meio ambiente e, em particular, as que envolvem direta e indiretamente projetos, instalações e operações, serão citados e discriminados.

4.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL

4.2.1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998

A Constituição Federal de 1988 consagrou, em normas expressas, as diretrizes fundamentais de proteção ao meio ambiente.

A Constituição assegurou-lhes as prerrogativas como as descritas a seguir:

- ❖ criação de espaços territoriais que devem ficar a salvo de qualquer utilização ou supressão a não ser que a lei expressamente o autoriza;
- ❖ exigir, na forma da lei, precedentemente à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo do impacto ambiental ao qual se dará publicidade;
- ❖ obrigar aos que exploram recursos minerais, recuperar o meio ambiente degradado de acordo com as soluções técnicas exigidas pelo órgão público competente, na forma da lei;

- ❖ impor sanções penais e administrativas aos que desenvolvem atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sejam pessoas físicas ou jurídicas, sem prejuízo da obrigação de recuperação dos danos causados.

4.2.2. RELAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE

O empreendimento em questão está voltado para a atividade de bovinocultura, e sujeita-se ao Licenciamento Ambiental, conforme previsto nas Resoluções 001/86 e 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, na Lei 12.488 de 13/09/95 da Política Florestal do Estado do Ceará e a Instrução Normativa 01/99 da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará, motivo pelo qual foi elaborado o EIA/RIMA. O empreendimento não fará interferência em Áreas de Preservação Permanente.

A empresa Agropecuária Chapada do Moura Ltda. atende todos os requisitos da legislação aplicável, bem como as demais pertinentes.

Demais legislações aplicáveis:

- ❖ LEI Nº 569, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1948 – Estabelece medidas de defesa sanitária animal, e dá outras providências.
- ❖ LEI Nº 9.712, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998 – Altera a Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária.
- ❖ LEI 11.515, DE 28 DE AGOSTO DE 2007 – Altera dispositivos da LEI Nº 569.
- ❖ LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vedado) e dá outras providências.
- ❖ LEI Nº 9.605, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1998 - Lei de Crimes Ambientais. Estabelece normas e critérios para punir criminalmente as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

- ❖ DECRETO Nº 23.793, DE 23 DE JANEIRO DE 1934 - Aprova o Código Florestal.
- ❖ DECRETO Nº 24.548, DE 03 DE JULHO DE 1934 - Aprova regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal.
- ❖ DECRETO Nº 27.932, DE 28 DE MARÇO DE 1950 - Aprova o regulamento para aplicação das medidas de defesa sanitária animal.
- ❖ DECRETO Nº 28.481, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 - Dispõe sobre a poluição das águas.
- ❖ DECRETO Nº 50.877, DE 29 DE JUNHO DE 1961 - Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do País, e dá outras providências.
- ❖ DECRETO Nº 303, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 - Cria o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental e dá outras providências.
- ❖ DECRETO Nº 84.426, DE 24 DE JANEIRO DE 1980 - Dispõe sobre a erosão, uso e ocupação do solo, poluição da água e poluição do solo.
- ❖ DECRETO Nº 99.193, DE 27 DE MARÇO DE 1990 - Dispõe sobre as atividades relacionadas ao zoneamento ecológico econômico, e dá outros procedimentos.
- ❖ DECRETO Nº 5.741, DE 30 DE MARÇO DE 2006 - Regulamenta os Art. 27-A, 28-A e 29-A da LEI 8.171 e organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.
- ❖ RESOLUÇÃO/CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 - Considera a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;
- ❖ RESOLUÇÃO/CONAMA Nº 006, DE 24 DE JANEIRO DE 1986 - Aprova os modelos de publicações em periódicos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova modelos para publicação de licenças;

- ❖ RESOLUÇÃO/CONAMA Nº 002, DE 13 DE JUNHO DE 1988 - Estabelece as atividades que podem ser desenvolvidas nas Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE);
- ❖ RESOLUÇÃO/CONAMA Nº 010, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1988 - Dispõe sobre Áreas de Proteção Ambiental e Zoneamento Ecológico/Econômico;
- ❖ RESOLUÇÃO/CONAMA Nº 003, DE 28 DE JUNHO DE 1990 - Estabelece padrões de qualidade do ar;
- ❖ RESOLUÇÃO/CONAMA Nº 013, DE JUNHO DE 1990 - Estabelece normas de uso dos entorno de Unidades de Conservação;
- ❖ RESOLUÇÃO/CONAMA Nº 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997 - Determina a revisão dos procedimentos e critérios utilizados ao licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente;
- ❖ RESOLUÇÃO/CONAMA Nº 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002 – Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente;
- ❖ MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.710, DE 07 DE AGOSTO DE 1998 – Acrescenta dispositivos da Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- ❖ PORTARIA Nº 45, DE 22 DE MARÇO DE 2007 - Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Defesa Agropecuária, na forma do Anexo à presente Portaria.
- ❖ PORTARIA Nº 4, DE 21 DE JANEIRO DE 2000 - Altera o Anexo I do art. 5º da Portaria nº 50, de 19 de maio de 1997;
- ❖ PORTARIA Nº 50, DE 19 DE MAIO DE 1997 - Aprova os critérios técnicos para a classificação dos níveis de risco por febre aftosa das Unidades da Federação.

- ❖ PORTARIA Nº 11, DE 26 DE JANEIRO DE 2004 - Exclui o Estado de Santa Catarina da obrigatoriedade de vacinação das fêmeas bovinas e bubalinas contra a brucelose.
- ❖ PORTARIA Nº 516, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1997 - Declara o Brasil livre de encefalopatia espongiforme bovina, de acordo com o que estabelece o artigo 3.2.13.2 do Código Zoossanitário Internacional.
- ❖ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2008 - Aprova as Diretrizes para Execução do Sistema de Vigilância Veterinária nas Zonas de Alta Vigilância de Febre Aftosa (ZAVs) implantadas nas Regiões de Fronteira entre Mato Grosso do Sul e as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa.
- ❖ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007 - Reconhece e consolida a situação sanitária das vinte e sete Unidades da Federação com respeito à febre aftosa.
- ❖ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 2 DE OUTUBRO DE 2007 - Aprova as diretrizes gerais para a Erradicação e a Prevenção da Febre Aftosa, constante do Anexo I, e os Anexos II, III e IV, desta Instrução Normativa, a serem observados em todo o Território Nacional, com vistas à implementação do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA), conforme o estabelecido pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.
- ❖ INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 33, de 24 DE AGOSTO DE 2007 - Estabelece as condições para a vacinação de fêmeas bovinas contra brucelose, utilizando vacina não indutora da formação de anticorpos aglutinantes, amostra RB51.
- ❖ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, de 24 DE NOVEMBRO DE 2006 - Aprova os "Critérios Específicos para o Credenciamento e Monitoramento de Laboratórios de Diagnóstico da Brucelose Bovina e Bubalina".
- ❖ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 7 DE JUNHO DE 2006 - Estabelece as normas de habilitação de médicos veterinários que atuam no setor privado, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal - PNCEBT, referentes à realização de testes diagnósticos de brucelose e tuberculose, encaminhamento de amostras

para laboratórios credenciados e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina.

- ❖ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 8 DE JANEIRO DE 2004 - Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal.
- ❖ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 18 DE JULHO DE 2006 - Aprova o modelo da Guia de Trânsito Animal (GTA) a ser utilizado em todo o território nacional para o trânsito de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal.

4.3. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

O Capítulo IV – do Meio Ambiente, compreendendo os Artigos 259 a 271, trata das questões ambientais de relevância para assegurar a qualidade de vida, a sanidade do meio ambiente e o bem estar da população, reconhecendo que o meio ambiente equilibrado e uma sadia qualidade de vida são direitos inalienáveis do povo, impondo ao Estado e à comunidade o dever de preservá-los e defendê-los.

- ❖ LEI Nº 10.148, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1977 – Dispõe sobre a preservação e controle dos recursos hídricos existentes no Estado, e dá outras providências.
- ❖ LEI Nº 12.227, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1993 – Determina a publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará a relação mensal das concessões de licença ambiental, e dá outras providências.
- ❖ LEI Nº 12.274, DE 05 DE ABRIL DE 1994 – Altera a Lei Nº 11.411, dando poderes sobre licenciamento e respectiva ação fiscalizadora.
- ❖ LEI 12.488, DE 13 DE SETEMBRO DE 1995 – Que dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Ceará.
- ❖ DECRETO Nº 24.221, DE 12 DE SETEMBRO DE 1996 – Regulamenta a Lei Nº 12.488, de 13 de Setembro de 1995, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Ceará.

- ❖ PORTARIA/SEMACE Nº 01, DE 04 DE OUTUBRO DE 1999 - Normatiza os procedimentos administrativos para a exploração florestal, o uso alternativo do solo e para a queima controlada das florestas e demais formas de vegetação em todo o Estado do Ceará e dá outras providências.
- ❖ PORTARIA/SEMACE Nº 14, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1989 – Estabelece normas técnicas e administrativas do sistema de Licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais no Estado do Ceará.

4.4. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

A instalação do empreendimento também está de acordo com o disposto no Plano Diretor de Iguatu, bem como com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do município que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo de Iguatu-CE. Além disso, o empreendimento conta com Anuência da Prefeitura Municipal de Iguatu, apresentada nos anexos deste estudo.